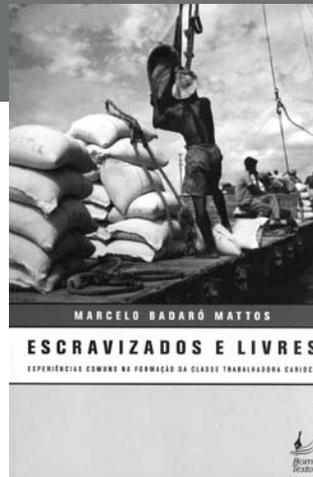




A hidra de
muitas cabeças:
Marinheiros,
escravos, plebeus
e a história oculta
do Atlântico
revolucionário

São Paulo: Companhia das
Letras, 2008. (448 p.)

*Peter Linebaugh e
Marcus Rediker*



Escravidados
e livres:
Experiências
comuns na
formação da classe
trabalhadora
carioca

Rio de Janeiro:
Bomtexto, 2008. (239 p.)

Marcelo Badaró Mattos

Flávio Gomes¹ e Juliana Barreto Farias²

Quem sabe a (história da) classe trabalhadora chega ao *paraíso*? Pelo menos um paraíso interpretativo, levando-se em conta abordagens e conexões intelectuais entre movimentos sociais e a produção historiográfica mais recente.

E não mais pelas portas dos fundos, sujeita a concessões das análises sociologizantes. Desde as últimas décadas do século XX, a classe trabalhadora tem construído a sua própria história e historiografia de maneira inovadora. Protagonismos e experiências foram os focos de novas reflexões na literatura sobre o tema no Canadá, França, Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos. Entre nós, há caminhos próprios e fundamentais para essa viragem intelectual desde a década de 1990³. Porém, dois livros recentemente publicados sinalizam a importância de um tema que ainda aguarda – para além das importantes contribuições disponíveis⁴ – investigações mais extensivas e ferramentas teóricas mais abrangentes: a perspectiva racial na experiência da formação da classe trabalhadora, especialmente nos séculos XIX e XX com a escravidão, a pós-emancipação nas Américas e o seu impacto na Europa.

O primeiro é a tradução da obra de Peter Linebaugh e Marcus Rediker, *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*⁵. Juntando pesquisas, imaginação histórica e uma perspectiva de cultura política, os autores circulam entre becos, conveses, portos, tabernas e casebres, juntando *europas, américas e áfricas* menos como nações ou geografias, mas sim como espaços transnacionais de circulação de ideias libertárias e experiências de protesto e identidades subalternas. Piratas, prostitutas, marinheiros, escravos, aldeãos, criminosos, soldados, radicais religiosos, servos, trabalhadores urbanos e outros podem ser aproximados nas perspectivas de percepções sobre trabalho, exploração e riqueza. O debate sobre as ideias de Linebaugh é bem antigo na historiografia brasileira. Em 1983, e depois em 1988, a tradução de um artigo seu e o respectivo debate crítico dele derivado – ambos na *Revista Brasileira de História* – mobilizariam pesquisadores nas áreas de escravidão e movimento operário, especialmente na pós-graduação da Unicamp⁶. Alinhado ao impacto da obra de E. P. Thompson sobre a formação da classe operária, as reflexões de Linebaugh funcionaram como bússolas para aqueles que tentavam articular – diminuindo as margens – as experiências de escravos e operários⁷. O encontro de Linebaugh e Rediker apareceria em 1990, quando analisaram como marinheiros e escravos – uma face do “trabalho vivo” – estavam conectados no Atlântico, entre cidades e portos envolvidos num comércio que podia alcançar a Ásia. Conexões que teriam produzido “comunidades atlânticas” por meio de personagens originais, com linguagens e interesses próprios.

Numa narrativa instigante, aparecem argumentos sugestivos (e assim devem ser tomados) para refletirmos sobre as lógicas de cooperação e a ideia de transnacionalismo nas experiências da classe trabalhadora – parte da qual africana e atlântica – nos séculos XVIII e XIX. Não por outro motivo, reflexões de Linebaugh e Rediker serviram de base para Paul Gilroy na composição do *Atlântico negro*⁸. A partir dessa ideia-força (e também uma categoria), foi pos-

sível a esse sociólogo inglês investir nas formas geopolíticas e geoculturais na quais o *atlântico* poderia ser tomado como uma unidade na perspectiva transnacional e intercultural. Nesse movimento, podiam estar em vários locais ao mesmo tempo, compartilharem e construir diferenças e semelhanças. O local dos encontros – e suas dimensões translocais – eram os mares do Atlântico.

Tanto como inspiração ou como ferramenta analítica, a ideia de classe trabalhadora internacional, multiétnica e multicultural pode oferecer novos contornos para os estudos no Brasil, principalmente considerando os cenários atlânticos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, principais cidades escravistas com africanos, escravos, trabalhadores, imigrantes, chineses, marinheiros, franceses, portugueses, irlandeses, ingleses e outros personagens transatlânticos. Nas ruas da Corte do Rio de Janeiro, marinheiros já eram problemas crônicos no início do século XIX. Em 1838 cerca de “40 marujos de fala inglesa” embriagados – segundo relato da polícia – se envolveram numa desordem na rua da Misericórdia, tumulto que fez reunir as autoridades de polícia com os cônsules da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Holanda e Áustria. Em conjunto, enviaram uma petição à Câmara Municipal, em que solicitavam maior controle sobre as tabernas (foco de ajuntamentos de marinheiros estrangeiros e escravos). E recomendavam uma atenção especial para as casas de hospedagem especializadas em marinheiros, conhecidas como *Publicaus*, versão aportuguesada dos *public houses* de Londres.

Num cenário de intensa circulação de ideias e experiências, havia mesmo temores de planos de revoltas articuladas entre cativos de várias partes das Américas com a participação de abolicionistas e emissários internacionais. Em 1835 o ministro da Justiça recebeu um ofício reservado do agente diplomático brasileiro em Londres, no qual dizia: “sabemos por notícias recentes do Sul dos Estados Unidos que ali apareceram muitos indivíduos mandados por várias sociedades de filantropia e emancipação desse país, que, com o fim de promoverem a liberdade dos escravos, iam excitando a levantes, espalhando entre eles ideias de insubordinação”⁹. Essas e outras evidências permitem também pensar as conexões nas experiências do trabalho e na cultura política nas sociedades do Atlântico sul.

No Brasil, considerando o cativo indígena e a escravidão negra até 1888, temos três quartos de história com a utilização do trabalho escravo. Mas precisamos inserir as experiências das populações indígenas, africanas e de seus descendentes nas narrativas a respeito. Até o momento a historiografia tão somente incluiu na história do trabalho as experiências dos imigrantes ou a marca cronológica da Abolição em 1888. Ainda hoje, quando se fala em trabalho, as análises começam tomando o fim do século XIX ou as primeiras décadas do século XX, suposto período em que o trabalho livre e assalariado

teria sido *introduzido* no Brasil. Um equívoco, que traz a marca de uma abordagem evolutiva. A oposição quase irreconciliável entre *escravidão* e *liberdade* cristalizou-se de tal modo que essa imagem passou a configurar o chamado período de *substituição* do escravo pelo imigrante (a “*transição*”), de *formação* do mercado de trabalho. Embora nas últimas décadas tenham surgido estudos que escapam desses paradigmas, abordando discussões sobre identidades sociais e a presença negra no exame de algumas situações específicas, os africanos e seus descendentes – libertos ou escravos – ainda continuam excluídos das histórias dos trabalhadores no Brasil¹⁰.

São essas e outras perspectivas abertas pelo excelente livro *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, de Marcelo Badaró Mattos, professor titular de história do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF). Fruto de primorosa pesquisa e no interior da melhor tradição marxista da história do trabalho, ele investe no fator “experiência” para analisar as conexões entre trabalho escravo e livre no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Tomando a greve dos tipógrafos da Corte, em 1858, como fio condutor de seu estudo, Badaró ressalta não ser possível dissociar experiências de homens e mulheres escravizados da formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Afinal, trata-se de *mundos do trabalho* em que escravos, africanos, crioulos, libertos, imigrantes portugueses e tantos outros disputaram e compartilharam moradias, ruas, fábricas, associações, clubes e protestos. Marcas da escravidão, lutas dos cativos pela liberdade e formas usadas pelas classes dominantes para controlar escravos e conduzir – sem maiores abalos para sua dominação – o processo de desescravidão apresentaram-se como elementos fundamentais para a conformação do perfil da classe de assalariados. E tudo isso está conectado em termos de experiências.

Abandonando 1888 como marco e descartando recuos no tempo para simplesmente buscar experiências de trabalho livre, Badaró percorre um período que se inicia na década de 1850 – momento em que a escravidão começa a entrar em decadência na cidade e, ao mesmo tempo, armam-se os primeiros movimentos grevistas – e se encerra no alvorecer de 1910, quando as greves já haviam se generalizado e consolidavam-se os partidos operários/socialistas. Escolhe um percurso analítico próprio, examinando fontes pouco exploradas, como estatutos de entidades e compromissos de irmandades. Desse modo, reinterpreta eventos e movimentos sociais já analisados em outros estudos sobre escravidão urbana e movimento operário.

O referencial teórico é a obra de E. P. Thompson, historiador marxista britânico. Badaró “aplica” as perspectivas pertinentes à realidade carioca, esquadrinhando os momentos iniciais da classe em gestação no terreno das transformações materiais em que se desenrolavam as próprias experiências

de homens e mulheres, livres e escravos. Uma influência que conduzirá a própria organização do seu texto, quando no primeiro capítulo – “Trabalho, vida urbana e experiência de exploração” – perscruta o cenário econômico e social da capital carioca entre meados do oitocentos e as primeiras décadas do século XX. Mas essa opção narrativa não representa, necessariamente, o privilégio de “uma ‘estrutura’ anterior a outros níveis de manifestação de classe que os explique ou determine”. Pelo contrário. O historiador carioca apresenta uma “situação determinada” em que os trabalhadores moldavam suas experiências, numa interação permanente entre consciência e vida material. Assim, analisa a composição demográfica e étnica da cidade do Rio e a distribuição ocupacional num mercado de trabalho urbano fortemente marcado pela escravidão. Mais do que isso, destaca as “experiências” de cativos e livres que labutavam lado a lado nas ruas, em pequenas oficinas e fábricas oitocentistas. E acompanha – nos primeiros jornais que se diziam porta-vozes de artistas e operários, como *O Tipógrafo* e *O Eco dos Artistas* – relatos de experiências de exploração, que se refletiam nas péssimas condições de saúde, moradia, transporte e alimentação. A vida do trabalhador ganha foco e avança sobre as bases analíticas sociologizantes e conjunturais de estudos anteriores.

Ao resgatar as formas de organização coletiva, Badaró não fez mais do mesmo, elegendando apenas sindicatos e partidos operários. Ele procura descortinar modelos associativos “tradicionais” e “novos” das formas de organização e avaliar que tanto as *sociedades de socorro mútuo* como as irmandades religiosas e corporativas reivindicavam faces de orientação de classe e de interlocução com os *mundos do trabalho*. Surge, por exemplo, a irmandade de São João Batista dos Operários do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, construída em 1851, que se definia como “a associação de todos os operários do mesmo Arsenal” com objetivo de socorrê-los diante das enfermidades e de outras expectativas cotidianas. Quanto aos escravos, ainda que fossem legalmente impedidos de criar entidades associativas, organizaram-se para lutar pela liberdade por meio de alforrias e também de ajuda mútua. Mesmo nos modelos associativos mais institucionalizados da classe operária, observam-se os vínculos entre as experiências de trabalhadores negros (ex-escravos) e imigrantes. O principal destaque é a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, fundada em 1905 e formada basicamente por negros. De forma pioneira, Maria Cecília Velasco e Cruz já tinha identificado ali “uma forte linha de continuidade entre os escravos e libertos dos velhos tempos imperiais e os proletários da Primeira República”¹¹.

Seguindo nessa busca por modalidades e padrões de experiências coletivas, Badaró retorna aos movimentos de protesto mais “tradicionais”: as greves. Até a década de 1880, elas não eram as formas mais usuais de luta dos traba-

lhadores cariocas. Mas desde meados do século XIX aconteciam paralisações do trabalho em unidades fabris, envolvendo também setores da população escrava. Em 1857 os cativos que trabalhavam na fábrica da Ponta D'Areia, um dos maiores estabelecimentos da cidade, de propriedade do visconde de Mauá, se recusaram a prosseguir com suas atividades. No ano seguinte, foi a vez dos tipógrafos pararem nas três folhas diárias da Corte. É possível citar ainda a luta dos caixeiros contra a abertura do comércio aos domingos, em 1866, e a greve dos cocheiros da Botanical Garden, em 1873, que exigiam a readmissão dos demitidos¹². São esses e outros os caminhos que Badaró percorreu para alcançar as “experiências” ampliadas na formação da classe trabalhadora carioca. Acabou enxergando conexões, formas organizacionais originais e cultura política correspondente num tema ainda pouco explorado: as ligações entre o movimento abolicionista urbano e as organizações operárias¹³. Como a luta pela emancipação dos escravizados era uma prioridade naquele contexto, ainda precisamos saber mais sobre faces de um movimento abolicionista popular que contava com a participação dos trabalhadores livres. Os tipógrafos, por exemplo, demonstravam apoio à causa da Abolição, tanto em artigos publicados no *Jornal dos Tipógrafos* como em conferências públicas ou na arrecadação de fundos para alforrias.

Recuperando as abordagens de Leila Menezes¹⁴, Badaró nos leva ao encontro do padeiro João de Mattos. Na década de 1870 esse líder operário esteve à frente de “levantes” (“que eram como as greves de hoje”) de cativos e homens livres que labutavam nas padarias de Santos e São Paulo. A estratégia dos trabalhadores era adulterar cartas de alforria, com escravos paralisando suas atividades e se refugiando em fazendas vizinhas. Assim – demonstrando as conexões entre cor, ocupação e identidade de classe – cativos fugidos e falsos forros eram transformados em trabalhadores livres. Com a descoberta das suas atividades, João Mattos foi preso e passou três meses numa cadeia de Santos, acusado de incitar as fugas. Solto por falta de provas, viria para a Corte do Rio de Janeiro em 1878. Juntando trabalhadores escravos, libertos e livres que atuavam em padarias, fundaria em 1880 a Sociedade de Combate dos Empregados de Padaria, cujo lema era “Pelo Pão e pela Liberdade”. Após a Lei Áurea, ou nas suas próprias memórias, depois de destruir o “poderio escravocrata de fato”, João Mattos e seus companheiros apostaram em “destruir a dos escravizados livres, que continuam só com o direito de escolher este ou aquele senhor”. Para isso, criaram em 1890 a Sociedade Cooperativa dos Empregados de Padaria no Brasil, que, em 1898, se transformaria em Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria.

Com ótima pesquisa e bem escrito, o estudo de Badaró conecta as experiências da classe trabalhadora com as lutas sociais do seu tempo, avaliando

como a consciência de classe não surgia isolada das formas de organização e dos movimentos sociais contemporâneos. Sugere, inclusive, algumas interpretações sobre a questão da identidade de classe. Com tamanha diversidade étnica e de gênero, a construção de uma identidade homogênea na capital do Rio não foi algo linear ou acabado. Ainda mais numa sociedade em que o trabalho sempre havia sido encarado como algo degradante, como “coisa de escravo”. Portanto, uma das primeiras funções das organizações de trabalhadores – no sentido da formação de uma identidade própria – pode ter sido a gestação de uma ética de positividade, de valorização (distinta e oposta àquela dos patrões) do trabalho. Nesse processo, a consciência da importância da *liberdade* e a comparação entre velhas e novas formas de *escravidão* alimentavam os movimentos contra a exploração e a própria experiência desses trabalhadores. Em julho de 1908, o jornal *A Voz do Trabalhador*, ao denunciar as duras jornadas de trabalho dos padeiros, fazia o seguinte paralelo: “A lei de 88 que aboliu a escravidão no Brasil parece que só não atingiu os operários padeiros, mais escravos do que foram os daquela raça, porque de todos os gananciosos e exploradores sobressaem os donos de padaria”. É certo que, muitas vezes, essas tradições – de dignidade do trabalho e de luta pela liberdade – estavam permeadas por contradições. Mas, como tão bem mostra Badaró, fomentaram não só “uma geração que guerreou a ‘escravidão de fato’, mas também estendeu seu combate à ‘escravidão dos livres’, percebendo-se como classe trabalhadora em meio a essas lutas”¹⁵.

As reflexões de Linebaugh e Rediker num contexto internacional e o excelente estudo de Badaró para o Rio de Janeiro urbano nos remetem para uma temática ainda rara no debate e na produção atual da história do trabalho: a formação de setores operários e da classe trabalhadora negra, com identidades próprias, especialmente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O que temos ainda é a população negra remetida para a escravidão e o movimento operário visto a partir das greves, sindicatos, anarquistas, imigrantes e partidos políticos. Porém, ainda precisamos saber sobre os *mundos do trabalho* em termo de cultura política, lazer e organizações também numa perspectiva étnica, especialmente no período do pós-emancipação¹⁶. Cabe lembrar que esse foi um período – também num diálogo transnacional – no qual fazendeiros, intelectuais, literatos e patrões tentavam definir os limites da liberdade e da cidadania para uma vasta população de ex-escravos e seus descendentes de primeira e segunda geração. Projetos de emancipação nos Estados Unidos, Caribe, Brasil, Porto Rico ou Cuba eram acompanhados com expectativas por todos. Impasses numa determinada região e contexto se transformavam em soluções em outras partes.

Em 1831, o representante da legação brasileira em Londres enviou para a Corte do Rio de Janeiro cópias transcritas da legislação e textos relativos à emancipação e medidas para a melhoria das condições de vida e trabalho no Caribe inglês. Argumentava que tanto o governo imperial como as autoridades provinciais “estimarão conhecer bem miudamente como são tratados em diversas circunstâncias os escravos das colônias inglesas nas Índias Ocidentais”. Nas décadas de 1870 e 1880, o periódico inglês *The Anti-Slavery Reporter* (financiado pela *The British and Foreign Anti-Slavery Society*) acompanhava (inclusive com envio de correspondentes) com muito interesse, por meio da publicação de notícias, a política imperial, as disputas parlamentares em torno da emancipação e o movimento abolicionista no Brasil. Entusiasmado com os debates políticos – nos parlamentos e nas ruas – pela Abolição e a movimentação da “Sociedade Brasileira contra a Escravidão”, André Rebouças falaria, em 1883, da criação de um fundo exclusivamente destinado à propaganda abolicionista com livros e panfletos. Propunha a tradução e a “edição popular” da *Autobiografia de Frederick Douglass*, vendendo-a bem barato e espalhando-a “por todo o Brasil”.

A ausência de reflexões sobre a experiência de setores negros da classe operária em várias dimensões tem como contraponto – com igual esquecimento e distorção – os chamados estudos sobre “relações raciais” no Brasil¹⁷. Enfim, os negros não entram nos estudos sobre o movimento operário e os operários não entram nos estudos sobre “relações raciais”. Interlocutores, escolhas e perspectivas analíticas ficam evidentes na formação desses campos de estudo¹⁸. Mas, afinal, existiu uma classe trabalhadora negra?¹⁹ Há fontes para estudá-la? Ao contrário do que afirmam alguns, não faltam documentos para empreendimentos mais articulados na direção de juntar e conectar analiticamente tais processos históricos e historicamente cruzados. Poderíamos citar os periódicos *O Treze de Maio* (1888), *A Pátria* (1889), *O Exemplo* (1892), *A Redenção* (1899), *O Baluarte* (1903), *O Propugnador* (1907), *O Combate* (1912) e *O Patrocínio* (1913), que embora não tratassem da questão operária, traduziam as preocupações da época com relação às condições de vida do trabalhador negro, ex-escravo.

Parte dos jornais que surgiam era fruto de investimentos pessoais tanto de jornalistas e literatos como de gráficos negros. Nos moldes da imprensa operária da época, eram modestas edições, mensais e com vida efêmera, enfim, publicações sem patrocínio, revendidas em festas e bailes ou mesmo distribuídas. Nos anos 1910 e 1920, nasciam periódicos como *O Kosmos*, *A Sentinela*, *A Liberdade*, *A Rua*, *O Alfinete*, *O Xauter*, *O Clarim d'Alvorada*, *A Princesa do Norte*, *Binóculo*, *O Bandeirante* e *O Menelick*. Suas origens e expectativas eram diversas, aliás, com títulos que já demarcavam seus objetivos e público-alvo²⁰. Havia jornal “dedicado aos homens de cor”; “dedicado à classe de cor, crítico,

literário e noticioso” ou “de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor” e “para a defesa dos interesses dos homens pretos”. Porém, uma indicação de possibilidades analíticas apresenta-se mesmo no temário da chamada *imprensa negra*. Embora o formato e o estilo dos jornais operários fossem as grandes fontes de inspiração para a produção dos primeiros periódicos exclusivamente voltados para o cotidiano das associações negras, havia uma espécie de inversão. O “mundo do trabalho”, por exemplo, que é minuciosamente descrito e criticado pelos sindicatos e associações de trabalhadores nas páginas dos jornais, dá lugar a um outro tipo de descrição – os “espaços de lazer” – por parte dos grupos negros. Sugere-se aí não uma ausência de consciência dos setores negros, mas sim um diálogo com relação às expectativas de controle e coerção com as práticas de lazer, parte das quais responsáveis pela própria organização de setores da classe trabalhadora negra²¹.

Não é necessário *racializar* (mais do que a própria experiência demonstra) cenários *nacionais* e internacionais do pós-emancipação, liberalismo e a luta operária para encontrar tensões, cooperações e identidades de classe também na perspectiva da raça e da *nacionalidade* em várias sociedades, atravessando o século XXI²². Rever escritos, avaliar produções intelectuais em seus determinados contextos, retomar pesquisas arquivísticas e identificar personagens e eventos podem ser caminhos. Ferramentas teóricas e a cultura política – do passado e do presente – estão disponíveis para esses e outros desafios²³.

NOTAS

¹ Flávio Gomes é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor colaborador dos programas de pós-graduação em história da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

² Juliana Barreto Farias é doutoranda em história social na Universidade de São Paulo (USP) e coautora dos livros *Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; e *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

³ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi, “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. *Trajetos – Revista de História UFC*. Fortaleza, n. 2, 2002, p. 25-49.

⁴ LONER, Beatriz. Negros, “Organização e luta em Pelotas”. *História em Revista*. Pelotas, n. 5, 1999; e *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPel, 2001.

⁵ No original: *The Many-Headed Hydra. Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.

⁶ LINEBAUGH, Peter, “Todas as montanhas atlânticas estremeçeram”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 6, 1983-1984, p. 7-46; e réplica crítica de SWEENEY,

Robert. “Outras canções de liberdade: uma crítica de ‘Todas as montanhas atlânticas estremececeram’”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, 1988, p. 205-219 e 221-231.

⁷ EISENBERG, P., “Escravo e proletário na história do Brasil”. In *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.

⁸ GILROY, P., *O Atlântico negro. Modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: CAM/ Editora 34, 2001, p. 33-100.

⁹ Arquivo Histórico do Itamarati, Missões Diplomáticas Brasileiras, Ofícios Reservados (Inglaterra), Códice 217-3-3, Ofício do Agente Consular do Brasil em Londres enviado ao Ministério dos Estrangeiros, 02.09.1835 e Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Códice 334, Ofícios de 02.09.1835 e 01.11.1841, fls. 14v, 15 e 15v.

¹⁰ EISENBERG, P., *op. cit.*; ALENCASTRO, Luiz Felipe, “Escravos e proletários. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos Cebrap*. Rio de Janeiro, n. 21, 1988; CHALHOUB, S., “Número ilimitado de membros”. In *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. “Solidarité et liberté. Les sociétés de secours mutuel pour gens de couleur à Rio de Janeiro dans la seconde moitié du XIX. siècle”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, v. II, p. 363-392, 2007; e “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, In CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 219-239; FLORENCE, Afonso, “Resistência escrava em São Paulo: a luta dos escravos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, 1828-1842”. *Afro-Ásia*. Rio de Janeiro, n. 18, 1996; RODRIGUES, Jaime, “Índios e Africanos: do ‘pouco ou nenhum fruto’ do trabalho à criação de ‘uma classe trabalhadora’”. *História Social*, n. 2. Campinas, 1995; Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. *História Social*. n. 4/5. Campinas, 1998.

¹¹ CRUZ, Maria Cecília Velasco e, “Puzzling out Slave Origins in Rio de Janeiro’s Port Unionism: the Strike of 1906 and the Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”. *The Hispanic American Historical Review*. Estados Unidos, v. 82, n. 2, 2006, p. 205-245; “Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908”. *Revista USP*. São Paulo, n. 68, 2005, p. 188-209; “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Afro-Ásia*. Salvador, v. 24, 2000, n. 24, p. 243-290.

¹² Sobre greve e escravidão, ver: REIS, João José, “The Revolution of the Ganhadores: Urban Labour, Ethnicity and the African Strike of 1857 in Bahia, Brazil”. *Journal of Latin American Studies*. v. 29, n. 1, 1997, p. 355-393; “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”. *Afro-Ásia*. Salvador, v. 24, 2000, p. 199-242; e “A Greve Negra de 1857”. *Revista USP*, v. 18, 1993, p. 6-29; GOMES, Flávio, “História, protesto e cultura política no Brasil escravista”. In SOUSA, Jorge Prata de, *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998, p. 65-98; VITORINO,

Artur, “Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro”. *Cadernos AEL*. nº 10/11, 1999.

¹³ BERGSTRESSER, Rebecca Baird, *The Movement for the Abolition of Slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880 – 1889*. Tese (Doutorado) – Stanford University, 1973.

¹⁴ DUARTE, Leila, *Pão e liberdade: uma história de livres e escravos na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj/Mauad, 2002.

¹⁵ Ver também: MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.), *Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004.

¹⁶ Ver o pioneiro estudo de RODNEY, Walter, *A History of the Guyanese Working People, 1881-1905*. Kinston, Londres: Heinemann, 1981.

¹⁷ PINTO, Luís Aguiar da Costa, *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Nacional, 1953.

¹⁸ ANDREWS, George Reid, *Negros e brancos em São Paulo, Brasil, 1888-1988*. São Paulo: Edusc, 2000, especialmente p. 149-193.

¹⁹ Ver as reflexões de MINTZ, Sidney, “Era o escravo de plantação um proletário?” In *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: UFPE, 2003, p. 117-146.

²⁰ DOMINGUES, Petrônio, *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-Abolição*. São Paulo: Senac, 2004; e *A nova Abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

²¹ Ver: LARA, Silvia, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, n. 16, 1998; e NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio, “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 18, 2006, p. 217-240.

²² HOLT, Thomas C., *The Problem of Race in the 21st Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2002, p. 89-115.

²³ Ver os comentários de KELLEY, Robin, “Writing Black Working-Class History from Way, Way Below”. In *Race Rebels. Culture, Politics, and the Black Working Class*. Nova York: The Free Press, 1994, p. 1-16.